



Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025



Conteúdo

Relatório da administração	
Relatório da administração	3
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	11
Demonstração dos resultados	12
Demonstração dos resultados abrangentes	13
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstração dos fluxos de caixa	15
Demonstração do valor adicionado	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras	
Base de preparação	
1. Contexto operacional	17
2. Base de preparação	18
3. Moeda funcional e moeda de apresentação	18
4. Uso de estimativas e julgamentos	18
Políticas contábeis	
5. Base de mensuração	18
6. Sazonalidade	19
7. Informações por segmento	19
8. Políticas contábeis materiais	19
9. Novas normas e interpretações ainda não efetivas	22
Ativos	
10. Títulos e valores mobiliários	23
11. Concessionárias e permissionárias	23
12. Ativo de contrato	23
Passivos e patrimônio líquido	
13. Debêntures	24
14. PIS e COFINS diferidos	26
15. Imposto de renda e contribuição social diferidos	27
16. Contingências	28
17. Patrimônio líquido	29
Desempenho do ano	
18. Lucro básico e diluído por ação	30
19. Receita operacional líquida	31
20. Custos operacionais e despesas gerais e administrativas	31
21. Resultado financeiro	32
Tributos sobre o lucro	
22. Imposto de renda e contribuição social	32
Outras informações	
23. Transações com partes relacionadas	32
24. Gestão de riscos financeiros	33
25. Cobertura de seguros	36



Relatório da administração

(em milhares de Reais)

1. Mensagem da administração

A administração da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. (Companhia) em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

2. A Companhia

Denominação social	Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.
Natureza jurídica	Sociedade anônima aberta
Data de constituição	9 de outubro de 2002
Sede	Rio de Janeiro
Objeto social	Implantação, operação comercial e exploração do negócio de energia elétrica
Empreendimento	Linha de Transmissão Tijuco Preto–Cachoeira Paulista
Características técnicas	Tensão de 500 kV, circuito simples
Extensão aproximada	181 km

A Celeo Redes Expansões S.A. (Celemo Expansões) possui 100% das ações da Companhia.

3. Principais acontecimentos no exercício

(a) Receita Anual Permitida (RAP)

	Resolução Homologatória (RH) nº 3.481	Resolução Homologatória (RH) nº 3.348
Data da resolução	17 de julho de 2025	16 de julho de 2024
Ciclo tarifário	2025-2026	2024-2025
RAP estabelecida	80.224	74.961

Observa-se um aumento aproximado de 7%, decorrente do reajuste do IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado).

(b) Pagamento de dividendos para a acionista

	2025
Celeo Redes Expansões S.A.	34.143
	34.143

(c) Disponibilidade da linha de transmissão

A disponibilidade da linha de transmissão no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de 99,99%.



(d) **Pagamento de principal e juros das debêntures**

	Principal	Juros
Debêntures	18.567	24.393
	18.567	24.393

4. Atendimento às disposições sobre política de equidade – Lei nº15.177/2025

Em conformidade com a Lei nº 15.177/25, que alterou o artigo 133, parágrafo sexto, da Lei 6.404/76, a Companhia divulga as seguintes informações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Cargo	Colaboradores/Cargos na administração (i)				Remuneração (ii)			
	2025		2024		2025		2024	
	Total	Mulher	Total	Mulher	Total	Mulher	Total	Mulher
Técnico ou Especialista	5	-	7	-	R\$ 667	-	R\$ 568	-
Operacional	5	-	6	-	R\$ 364	-	R\$ 247	-

(i) Refere-se à posição em 31 de dezembro de cada ano.

(ii) Refere-se às remunerações em cada exercício.

5. Governança corporativa

As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência.

(a) Diretoria

A Companhia é administrada por uma Diretoria composta por 3 (três) cargos, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelo Conselho de Administração. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como a prática de atos de gestão no interesse da Companhia, de acordo com as competências e os limites previstos em seu Estatuto Social.

(b) Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por 3 (três) membros e por igual número de suplentes. O Conselho Fiscal somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos acionistas, conforme previsto em lei.

(c) Conselho da Administração

O Conselho de Administração é composto por 3 (três) membros efetivos para um mandato unificado de 03 (três) anos, sendo eleitos em assembleia geral de acionistas. Compete aos conselheiros, entre outros, eleger e destituir a Diretoria, fiscalizar a gestão de diretores, examinar os livros, papéis e relatórios gerenciais da Companhia, solicitar informações sobre contratos firmados, fixar a orientação geral dos negócios.



6. Declaração da Diretoria

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

7. Relacionamento com os auditores independentes

Em atendimento à instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. prestou somente serviços de auditoria externa para a Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

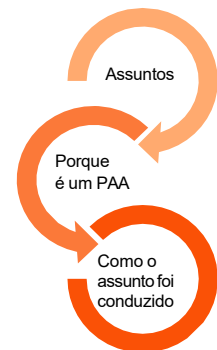
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
Rua do Russel, 804, 7º, Ed. Manchete,
Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 22210-907

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Mensuração do ativo de contrato e a correspondente receita de remuneração desse ativo (Notas 12, 19 e 21)

A Companhia realizou investimentos na construção da infraestrutura de transmissão de energia Tijuco-Preto Cachoeira Paulista, especificada no contrato de construção 84/2002, resultando em um ativo de contrato no valor de R\$ 201.736 mil para o período findo em 31/12/2025. Esse ativo refere-se ao direito da Companhia receber contraprestações financeiras em decorrência dos investimentos realizados. A mensuração do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo por parte da administração sobre o cumprimento das obrigações de performance satisfeitas ao longo do tempo.

Adicionalmente, por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de remuneração, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos futuros, também requer o uso de julgamento significativo por parte da administração para a mensuração do seu valor presente, bem como na determinação das margens de lucro esperadas para cada obrigação de performance identificada. Consideramos essa área como foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente o valor do ativo mensurado pela Companhia.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a avaliação do ambiente de controles internos relacionados com o processo de mensuração do ativo de contrato.

Efetuamos a leitura do contrato de concessão e respectivos aditivos (quando aplicável) para identificação das obrigações de performance e entendimento das condições pactuadas entre elas, os preços e os prazos definidos.

Efetuamos teste de consistência dos dados informados da Receita Anual Permitida ("RAP") nos controles auxiliares da Companhia com os dados constantes nos contratos de transmissão.

Adicionalmente, avaliamos a razoabilidade das principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, tais como a taxa de remuneração do ativo contratual, e a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxo de caixa.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.

Outros assuntos - Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 28 de fevereiro de 2025, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2026



PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Patricio Marques Roche
Contador CRC 1RJ081115/O-4



Balanço patrimonial Em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa		187	465
Títulos e valores mobiliários	10 (i)	35.894	56.666
Concessionárias e permissionárias	11	6.654	6.640
Ativo de contrato	12	39.475	38.066
Outros ativos		5.333	2.769
Total do ativo circulante		87.543	104.606
Títulos e valores mobiliários	10 (ii)	24.312	23.062
Ativo de contrato	12	162.261	171.411
Total do realizável a longo prazo		186.573	194.473
Imobilizado		1.220	1.218
Total do imobilizado		1.220	1.218
Total do ativo não circulante		187.793	195.691
Total do ativo		275.336	300.297
Fornecedores		1.128	607
Debêntures	13	33.822	28.497
Imposto de renda e contribuição social a recolher		733	1.367
Outros impostos e contribuições a recolher		668	726
PIS e COFINS diferidos	14	3.374	3.254
Dividendos	23 (c)	10.103	22.644
Encargos setoriais		3.240	2.652
Outros passivos		1.443	1.353
Total do passivo circulante		54.511	61.100
Debêntures	13	139.355	160.684
PIS e COFINS diferidos	14	5.782	5.187
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	40.221	36.480
Outros passivos		1.364	1.349
Total do passivo não circulante		186.722	203.700
Total dos passivos		241.233	264.800
Capital social	17 (a)	20.000	20.000
Reserva de lucros	17 (b)	4.000	4.000
Dividendo adicional proposto	17 (d)	10.103	11.497
Total do patrimônio líquido		34.103	35.497
Total do passivo e patrimônio líquido		275.336	300.297

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	19	59.837	59.038
Custos operacionais	20 (a)	(7.970)	(4.510)
Lucro bruto		51.867	54.528
Despesas gerais e administrativas	20 (b)	(590)	(427)
Provisão para perda de crédito esperada	11	(296)	(584)
Outros		(366)	(241)
Despesas operacionais		(1.252)	(1.252)
Resultado antes do resultado financeiro		50.615	53.276
Receitas financeiras		7.681	7.454
Despesas financeiras		(27.948)	(26.049)
Resultado financeiro	21	(20.267)	(18.595)
Resultado antes dos impostos		30.348	34.681
Imposto de renda e contribuição social correntes		(6.401)	(6.466)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(3.741)	(5.221)
Imposto de renda e contribuição social	22	(10.142)	(11.687)
Lucro líquido do exercício		20.206	22.994
Resultado por ação			
Resultado por ação - básico e diluído (em R\$)	18	1,01	1,15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do período	20.206	22.994
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do período	20.206	22.994

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva Legal			
Saldo em 31 de dezembro de 2023		20.000	4.000	11.147	-	35.147
Pagamento de dividendos	17 (c)	-	-	(11.147)	-	(11.147)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	22.994	22.994
Dividendos mínimos obrigatórios	17 (c)	-	-	-	(11.497)	(11.497)
Dividendos adicionais propostos	17 (d)	-	-	11.497	(11.497)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		20.000	4.000	11.497	-	35.497
Pagamento de dividendos	17 (c)	-	-	(11.497)	-	(11.497)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	20.206	20.206
Dividendos mínimos obrigatórios	17 (c)	-	-	-	(10.103)	(10.103)
Dividendos adicionais propostos	17 (d)	-	-	10.103	(10.103)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025		20.000	4.000	10.103	-	34.103

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		20.206	22.994
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos		3.741	5.221
- Imposto de renda e contribuição social corrente		6.401	6.466
- PIS e COFINS diferidos	14	716	503
- Títulos e valores mobiliários - rendimento	21	(7.917)	(7.691)
- Provisão para perdas de crédito esperada	11	296	584
- Juros, correção monetária e custo de transação sobre debêntures	13	26.956	25.038
- Depreciação		(2)	1
- Ativo de contrato - remuneração	12	(30.325)	(31.274)
		20.072	21.842
Variações em:			
- Concessionárias e permissionárias	11	(310)	54
- Ativo de contrato	12	38.066	36.708
- Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	174
- Outros ativos		(2.564)	2.547
- Fornecedores		521	56
- Imposto de renda e contribuição social a recolher		(1.939)	(2.381)
- Outros impostos e contribuições a recolher		(58)	(690)
- Encargos setoriais		588	108
- Outros passivos		105	141
Caixa gerado pelas atividades operacionais		54.481	58.559
Impostos pagos sobre o lucro		(5.096)	(2.718)
Debêntures - pagamento de juros	13	(24.393)	(27.952)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais		24.992	28.600
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários - aplicações		(85.850)	(88.224)
Títulos e valores mobiliários - resgates		113.290	105.756
Caixa gerado nas atividades de investimento		27.440	17.532
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Debêntures - pagamento de principal	13	(18.567)	(18.691)
Debêntures - recompra	13	-	(18.466)
Pagamento de dividendos	23 (c)	(34.143)	(11.147)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento		(52.710)	(48.304)
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa		(278)	(2.172)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		465	2.637
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		187	465

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Receitas (1)		69.800	68.688
Remuneração do ativo de contrato	19	51.458	51.870
Operação e manutenção do ativo de contrato	19	18.393	17.737
Provisão para perda de crédito esperada		(296)	(584)
Parcela variável	19	245	(335)
Insumos adquiridos de terceiros (2)		(7.011)	(3.494)
Custo de operação e manutenção		(5.177)	(2.227)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(736)	(519)
Despesas gerais, administrativas e outros		(1.098)	(748)
Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)		62.789	65.194
Depreciação e amortização (4)		1	1
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia (3) - (4) = (5)		62.788	65.193
Valor adicionado recebido em transferência (6)		7.681	7.454
Receitas financeiras	21	7.681	7.454
Valor adicionado total a distribuir (5 + 6)		70.469	72.647
Distribuição do valor adicionado		70.469	72.647
Pessoal		1.914	1.683
Impostos		20.401	21.921
Juros	21	27.948	26.049
Dividendos		10.103	11.497
Lucro líquido do período		10.103	11.497

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



1 Contexto operacional

A Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. (Companhia), sociedade anônima de capital aberto listada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) na categoria B, foi constituída em 25 de setembro de 2002 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica.

Em 26 de dezembro de 2018, após aprovação da transação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), ocorreu alteração no controle acionário da Companhia. O acionista majoritário que era a Isolux Energia e Participações S.A. (Isolux) passou a ser a Celeo Redes Brasil S.A. (Celeo Redes).

Em fevereiro de 2021 a Celeo Redes transferiu 100% das ações da Companhia, por meio de aumento de capital para a Celeo Redes Expansões S.A. (Celeo Expansões).

A Companhia é uma controlada integral da Celeo Redes Expansões S.A.

1.1 Contrato de concessão

Contrato de concessão	84/2002
Objeto do contrato	Construção, operação e manutenção das instalações de transmissão
Estados atendidos	São Paulo
Empreendimento principal	Linha de Transmissão Tijuco Preto–Cachoeira Paulista
Características técnicas da LT	500 kV, circuito simples
Extensão aproximada	181 km
Instalações	(i) linha de transmissão Tijuco Preto–Cachoeira Paulista, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 181 km, com origem na subestação Tijuco Preto e término na subestação Cachoeira Paulista
Data de assinatura	20 de dezembro de 2002
Prazo de vigência	30 anos
Data de vencimento	20 de dezembro de 2032
Início da operação comercial	Dezembro de 2004

Os contratos de concessão assinados entre 2000 e 2006 não estabelecem o processo de revisão tarifária, sendo prevista a queda de 50% da receita anual permitida (RAP) no 16º ano de operação comercial.

A partir de julho de 2019 a Companhia passou a receber 50% da RAP.

1.2 Receita Anual Permitida (RAP)

	Resolução Homologatória (RH) nº 3.481	Resolução Homologatória (RH) nº 3.348
Data da resolução	17 de julho de 2025	16 de julho de 2024
Ciclo tarifário	2025–2026	2024–2025
RAP estabelecida	80.224	74.961

O aumento aproximado de 7%, decorrente do reajuste do IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado).



2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standind Interpretations Committee (SIC Interpretations) e de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 26 de março de 2026.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentados na nota explicativa 8.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real brasileiro (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e estimativas sobre o futuro que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota explicativa	Estimativas e julgamentos
8	Critério de apuração e remuneração do ativo de contrato
24	Análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Companhia. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. A administração também exerceu julgamento a respeito dos PIS e Cofins diferido, conforme nota explicativa 14.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.



6 Sazonalidade

A Companhia não possui sazonalidade nas suas operações.

7 Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST), fato confirmado pela diretoria da Companhia que exerce o papel de principal gestor das operações, conforme definido na norma contábil CPC22/IFRS 8.

8 Políticas contábeis materiais

Uma nova norma contábil foi efetiva para o exercício iniciado após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou a nova norma contábil (listada abaixo) na preparação destas demonstrações financeiras, visto que não é aplicável.

Norma	Vigência
Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21)	01/01/2025

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário.

Prática	Nota explicativa	Descrição
Títulos e valores mobiliários – circulante e não circulante	10	Os saldos apresentados no circulante referem-se às aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes de caixa. Incluem os CDBs com prazo de vencimento superior a 3 (três) meses. Os saldos apresentados no não circulante referem-se às aplicações financeiras em fundos de investimentos para fins de garantia das debêntures. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.
Receitas e despesas financeiras	21	A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo, quando o ativo não estiver com problemas de recuperação, ou, alternativamente, ao custo amortizado do passivo. A receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.



Prática	Nota explicativa	Descrição
Instrumentos financeiros – Classificação e mensuração	24	<p>(a) Classificação e mensuração</p> <p>Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.</p> <p>Um ativo e um passivo financeiros são reconhecidos quando uma entidade se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro, exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo. Nesse caso, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que forem diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à emissão são adicionados ou reduzidos.</p> <p>Geralmente, ativos e passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto em algumas circunstâncias, que incluem determinados ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR). Quando ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado têm seus termos contratuais modificados e tal modificação não é substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação, é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado.</p> <p>A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente às vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na sua falta, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Segue abaixo a característica de cada classificação:</p> <p>(i) Custo amortizado</p> <p>Um ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto.</p> <p>Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.</p> <p>(ii) VJR</p> <p>Os ativos financeiros ao VJR compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao VJR. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.</p> <p>(b) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros</p> <p>Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados.</p> <p>A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.</p> <p>Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício.</p>



Prática	Nota explicativa	Descrição
Ativo de contrato	12	<p>Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.</p> <p>De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.</p> <p>Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.</p> <p>Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo de Contrato”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:</p> <p>i. Reconhecimento de receita de construção Tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção 40% (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores.</p> <p>ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção Registrada mensalmente, a partir da entrada em operação, considerando uma margem de 22% sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão.</p> <p>iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido Registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica “Remuneração do ativo de contrato”, utilizando a taxa de desconto de 11% definida no início de cada projeto.</p> <p>A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir:</p> <p>i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS) conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.</p> <p>ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.</p>



Prática	Nota explicativa	Descrição
Imposto de renda e contribuição social	15 e 22	<p>O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de (i) 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e (ii) 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, além de considerarem a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.</p> <p>A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.</p> <p>(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.</p> <p>Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.</p> <p>(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido, quando aplicável, é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada exercício e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.</p>

9 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Norma	Adoção	Vigência
Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações às CPC 48/IFRS9 e CPC 40/IFRS 7) Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7)	Não houve adoção antecipada e não se espera que esta alteração tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.	01/01/2026
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras (substituirá o CPC 26/IAS 1)	Não houve adoção antecipada; entretanto, a Companhia espera impactos relevantes na elaboração da Demonstração do Resultado do Exercício e da Demonstração dos Fluxos de Caixa decorrentes da aplicação da IFRS 18. A Companhia encontra-se em processo de avaliação dos potenciais impactos desse pronunciamento sobre suas demonstrações financeiras.	01/01/2027



10 Títulos e valores mobiliários

i. Circulante

A Companhia aplica seus recursos por meio de Certificado de Depósito Bancário (CDB) no banco Santander Brasil, sendo o rendimento destes títulos atrelado ao Depósito Interbancário (DI). A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 99,5% (99,1% em 31 de dezembro de 2024) do DI com vencimento entre julho e dezembro de 2026. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a totalidade dos recursos está aplicado em CDB.

ii. Não circulante

Para fins de garantia da operação da 2ª emissão de debêntures, a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização da operação as contas denominadas (i) “Conta Reserva” (caixa restrito), com saldo no montante necessário para o pagamento da próxima parcela de serviço da dívida e (ii) “conta vinculada”, que centraliza a movimentação dos direitos creditórios originados dos “contratos do projeto”, relacionados aos contratos de concessão e de prestação de serviços. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, todas as contas estão em conformidade ao estipulado nos contratos relacionados às debêntures.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a totalidade dos recursos estão aplicados em Certificados de Depósito Bancário (CDB) no Banco Santander, cuja rentabilidade (líquida de despesas, mas não de impostos) foi de 95% DI.

11 Concessionárias e permissionárias

	2025	2024
A vencer	6.161	5.825
Até 3 meses	23	597
De 3 a 12 meses	345	218
Acima de 12 meses	1.664	1.243
Provisão para perda de crédito esperada (PCE)	(1.539)	(1.243)
	6.654	6.640

A movimentação da PCE está demonstrada a seguir.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	(1.243)	(659)
Adições	(296)	(584)
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024	(1.539)	(1.243)

12 Ativo de contrato

A movimentação do ativo de contrato está demonstrada a seguir.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	209.477	214.911
Remuneração do ativo de contrato	30.325	31.274
Recebimentos	(38.066)	(36.708)
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024	201.736	209.477



Os saldos do circulante e não circulante apresentados nos balanços patrimoniais estão demonstrados abaixo:

	2025	2024
Circulante	39.475	38.066
Não circulante	162.261	171.411
	201.736	209.477

13 Debêntures

Debêntures		192.722	233.368
Custo de transação		(3.541)	(4.116)
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023		189.181	229.252
Juros		26.407	24.463
Aquisição de Debêntures	(a)	-	(18.466)
Amortização - principal		(18.567)	(18.691)
Amortização - juros		(24.393)	(27.952)
Amortização - custo de transação		549	575
Debêntures		176.169	192.722
Custo de transação		(2.992)	(3.541)
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024		173.177	189.181

Os saldos do circulante e não circulante apresentados nos balanços patrimoniais estão demonstrados abaixo:

	2025	2024
Circulante	33.822	28.497
Não circulante	139.355	160.684
	173.177	189.181

i. Estrutura da dívida

Emissão	Segunda
Data de emissão	15 de julho de 2021
Data de vencimento	15 de julho de 2031
Finalidade	Realização de investimentos, refinanciamentos e distribuição de recursos à acionista, bem como para reforço de caixa da Companhia.
Valor total captado	227.000
Data de ingresso dos recursos	21 de julho de 2021
Atualização do saldo principal	Correção pelo IPCA
Taxa de juros	100% CDI + 1,7% a.a. na base 252
Periodicidade dos juros	Pagamento semestral
Pagamento de principal e juros	Os juros remuneratórios e a amortização do principal são pagos semestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro e julho, sendo o primeiro pagamento em 17 de janeiro de 2022 e o último na data de vencimento em 15 de julho de 2031



- (a) Em 20 de agosto de 2024 a Companhia efetuou a aquisição de parte das debêntures da sua 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e da Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2022. Foram adquiridas 23.000 (vinte três mil) debêntures, por preço único, mediante pagamento de R\$ 19.200 aos titulares de destas debêntures, valor equivalente: (a) ao saldo do valor nominal unitário das debêntures no montante de R\$ 18.466; acrescido da (b) remuneração no montante de R\$222 calculada *pro rata temporis*; acrescido de (c) prêmio no montante de R\$ 512 equivalente a 0,4% ao ano multiplicado pelo prazo remanescente das debêntures. As debêntures adquiridas são mantidas em tesouraria, não fazem jus à remuneração e são apresentadas pelo valor líquido no passivo.

ii. Estratégia para a contratação da dívida

Na avaliação prévia à contratação da dívida, a Companhia considerou o impacto da captação em sua estrutura de capital, além de fatores como disponibilidade de recursos (fontes existentes e disponíveis), custo, prazo e indexação.

iii. Fluxos dos pagamentos futuros

O fluxo estimado de pagamentos futuros, inclui somente principal, tendo em vista que os pagamentos de juros ocorrem semestralmente. Esse fluxo é calculado com base na posição final das dívidas em 31 de dezembro de 2025 e considera que todas as amortizações de principal e juros da dívida serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores de encargos incorridos, já reconhecidos nestas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2025 o vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	2025
Em 2027	22.445
Em 2028	23.892
Em 2029	27.355
A partir de 2030	65.663
	139.355

iv. Cláusulas restritivas

As debêntures possuem cláusulas restritivas (*covenant*) financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência.

As principais cláusulas de vencimento antecipado estão descritas a seguir:



(a) Inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária relativa às debêntures e/ou prevista na escritura
(b) Liquidação, dissolução ou extinção da Companhia
(c) Pedido de recuperação judicial, decretação de falência ou autofalência da Companhia, assim como apresentação, pela Companhia, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores
(d) Transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para qualquer outro tipo societário, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações
(e) cisão, fusão, incorporação (no qual a Companhia seja a incorporada) ou incorporação de ações da Companhia, ou qualquer forma de reestruturação ou reorganização societária envolvendo a Companhia, exceto se previamente autorizado pelos Debenturistas ou seja realizada entre sociedades do mesmo grupo econômico e seja mantido o controle acionário
(f) Extinção definitiva ou transferência (total ou parcial) da Concessão ou encampação, caducidade, rescisão, anulação ou intervenção, pelo Poder Concedente, da Concessão
(g) Vencimento antecipado de qualquer dívida financeira da Companhia com terceiros, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$10.000 (dez milhões de reais)
(h) Invalidez, nulidade, inexecutabilidade, rescisão ou ineficácia total desta Escritura de Emissão e/ou contratos de garantia
(i) Protesto de títulos de responsabilidade da Companhia, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a 14.000 (catorze milhões de reais), cuja devida comprovação não for apresentada ao agente fiduciário
(j) Não observância, pela Companhia, por mais de 2 (duas) vezes consecutivas e/ou por mais de 4 (quatro) vezes intercaladas, do ICSD, que deverá ser igual ou superior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) vezes, a ser apurado pela Companhia anualmente
(k) concessão de preferência/prioridade a outros créditos ou assunção de novas dívidas financeiras pela Companhia, ressalvados determinados casos
(l) redução de capital social da Companhia, excetuadas certas hipóteses
(m) celebração de contratos de mútuo pela Companhia, com seus acionistas, diretos ou indiretos, e/ou com pessoas físicas ou jurídicas integrantes do grupo econômico a que pertença a Companhia, exceto por determinadas hipóteses.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia estava em conformidade com as cláusulas restritivas estabelecidas na escritura das debêntures.

v. Composição do endividamento e da dívida líquida

	Juros curto prazo	Principal curto prazo	Principal + juros LP	2025	2024
Dívida bruta					
Debêntures	12.492	21.331	142.356	176.169	192.722
Caixa e equivalentes de caixa e TVM					
Depósitos bancários à vista	-	187	-	187	465
CDB	-	60.206	-	60.206	79.728
Dívida líquida	12.492	(39.062)	142.356	115.776	112.529

14 PIS e COFINS diferidos

Os saldos de PIS e COFINS registrados no passivo decorrem das receitas de construção e da remuneração do ativo de contrato reconhecidas pela Companhia desde o início da fase de construção até a presente data, em conformidade com o regime de competência e com os critérios de reconhecimento de receita previstos no ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, em conjunto com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

Nos termos do ICPC 01, a Companhia reconhece a receita de construção à medida do progresso da execução das obras, com o correspondente reconhecimento do ativo de contrato, bem como a receita de remuneração associada à prestação contínua do serviço concedido, nos termos do contrato de concessão. Os tributos incidentes sobre tais receitas são reconhecidos simultaneamente ao reconhecimento da receita que lhes dá origem, em observância ao regime de competência.



A realização dos saldos de PIS e COFINS ocorrerá de forma gradual, à medida do recebimento da RAP, conforme previsto no contrato de concessão e em alinhamento com o fluxo de realização do ativo de contrato reconhecido contabilmente.

De acordo com a Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que estabelece a extinção do PIS e da COFINS a partir de 2027, os saldos desses tributos apurados até a data de encerramento de sua incidência não estão sujeitos à baixa contábil, devendo ser mantidos nos registros da Companhia. A extinção dos tributos não implica o cancelamento das obrigações tributárias regularmente constituídas sob a legislação vigente à época dos respectivos fatos geradores, restringindo-se ao encerramento da incidência futura.

Dessa forma, ainda que a liquidação financeira ou a realização contábil desses saldos ocorra após 2027, a administração entende que a obrigação é exigível, uma vez que tais valores representam obrigações tributárias válidas, reconhecidas em conformidade com o ICPC 01 e o CPC 47, devendo permanecer registradas até sua efetiva liquidação ou até outra forma de realização expressamente prevista na legislação aplicável.

Por fim, a Companhia acompanhará de forma contínua os desdobramentos da Reforma Tributária, incluindo eventuais regulamentações complementares e pronunciamentos técnicos, avaliando tempestivamente os impactos contábeis e fiscais que eventualmente se façam necessários, em conformidade com a legislação vigente e com as normas contábeis aplicáveis.

O montante do PIS e da COFINS está demonstrado abaixo:

	2025	2024
PIS	1.633	1.506
COFINS	7.523	6.935
	9.156	8.441

Os saldos do circulante e não circulante apresentados nos balanços patrimoniais estão demonstrados abaixo:

	2025	2024
Circulante	3.374	3.254
Não circulante	5.782	5.187
	9.156	8.441

15 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2025	2024
Imposto de renda	29.579	26.828
Contribuição social	10.642	9.652
	40.221	36.480

A composição do saldo está apresentada a seguir.

	Base de cálculo		IRPJ e CSLL	
	2025	2024	2025	2024
Provisão para perdas de crédito esperadas	(1.539)	(1.243)	(523)	(423)
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	119.836	108.538	40.744	36.903
	118.297	107.295	40.221	36.480



Os valores apresentados serão amortizados até o término da concessão.

16 Contingências

A Companhia é parte em processos judiciais, oriundos do curso normal de suas operações. Esses processos envolvem assuntos de natureza cível, fundiária e tributária.

Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a administração mensurou e reconheceu provisões para as contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos esperada. Os valores de passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados que não possuem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

Os saldos de “provisão” e “passivos contingentes” estão detalhados a seguir:

	Provisões		Passivos contingentes	
	2025	2024	2025	2024
Cível	200	338	1.273	1.021
Tributário	-	-	478	666
Fundiário	-	-	100	-
	200	338	1.851	1.687

(a) Cível

A Companhia possui ação anulatória de ato administrativo cumulada com repetição de indébito proposta pela Tractebel Energia S.A., contra a ANEEL, o ONS, bem como contra todas as concessionárias de transmissão de energia elétrica integrantes do SIN, dentre elas a Companhia. O objetivo é a declaração de nulidade do artigo 4º da resolução nº 117/04 da ANEEL que inseriu novo reajuste do valor do TUST (tarifa de utilização do sistema de transmissão) pago pelas empresas geradoras de energia que entrassem em operação a partir de 01/07/2005, além da condenação das concessionárias corréis, na devolução da diferença do valor que lhes teria sido pago indevidamente. O valor em risco é de R\$ 200 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 338 em 31 de dezembro de 2024) e foi avaliado pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda provável. O montante encontra-se contabilizado em “outros passivos” no passivo não circulante.

A Companhia entrou com ação contra a ANEEL e a ONS com o objetivo de suspender a realização dos descontos a título de parcela variável por indisponibilidade. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o valor em risco é de R\$ 1.021, e foi avaliada pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível.

(b) Tributário

(b.1) Débitos tributários

Até o exercício findo em 2023 a Companhia possuía pedidos de compensações de débitos tributários que até então não haviam sido homologados pela Receita Federal do Brasil (RFB).

Esses débitos tributários foram originados na época que a Companhia era controlada pela Isolux, conforme nota explicativa 1.



O Contrato de Compra e Venda celebrado entre a Isolux e a Celeo Redes determinou a criação de uma conta garantia (*escrow account*) para assegurar o ressarcimento de determinados passivos existentes previamente à transferência de controle, em caso de desfecho desfavorável nas discussões com terceiros. Do valor total da compra firmado entre as partes, a Celeo Redes destinou uma parte para a *escrow account*.

Após a análise desses processos, no primeiro trimestre de 2023, a Isolux decidiu por não continuá-los e optou pelo pagamento e conseqüentemente o encerramento desses débitos. Considerando que esses processos ainda estavam em andamento durante o processo de compra da Companhia pela Celeo Redes, o valor dessas obrigações, após confirmação pela Isolux, foi abatido da *escrow account*. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, do montante total de R\$ 4.770 considerado como risco de perda possível, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 3.912 referente aos débitos tributários. Sendo assim, foi reconhecido como um contas a receber com a Celeo Redes (dentro da rubrica “Outros Ativos”) para reembolso futuro. Os valores foram pagos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

(b.2) Pedido de compensação

A Companhia possui processos administrativos contra a Receita Federal do Brasil em virtude da utilização de créditos de IRPJ e CSLL, e que posteriormente não foram homologados. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o valor em risco é de R\$ 478 e R\$ 666, sendo avaliado pela administração com suporte dos assessores jurídicos como risco de perda possível. Esta classificação considera a avaliação até as últimas instâncias.

(c) Servidão

A Companhia indeniza os proprietários por onde a linha de transmissão vai ser construída. Inicialmente a Companhia atribui o valor da indenização que é reconhecida inicialmente como custo do empreendimento. Caso o proprietário não concorde com o valor da indenização, ele aciona juridicamente a Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025 não há valor em risco avaliado como perda provável. Em 31 de dezembro de 2024 foi avaliado pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível o montante de R\$ 100.

17 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 20.000, dividido em 20.000.000 (vinte milhões) de ações ordinárias e nominativas, de valor nominal a R\$1,00 cada.

	%	Ações (mil) 2025 e 2024
Celeo Redes Expansões S.A.	100%	20.000
	100%	20.000

(b) Reserva de lucros

i. Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, com conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76.

A Companhia não reconhece mais constituição de reserva legal pois o saldo atual representa 20% do capital social.



(c) Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76.

A destinação do dividendo mínimo obrigatório está demonstrada a seguir.

	2025	2024
Dividendos mínimos obrigatórios	10.103	11.497

(d) Dividendo adicional proposto

Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas.

Reunião	Data	Valor	Deliberação
Assembleia Geral Ordinária	29 de abril de 2025	11.497	Aprovação para o pagamento de dividendos adicionais.

A destinação do dividendo adicional está demonstrada a seguir.

	2025	2024
Dividendo adicional proposto	10.103	11.497

18 Lucro básico e diluído por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	20.206	22.994
Média ponderada das ações emitidas	20.000	20.000
	1,01	1,15

A Companhia não possui ações ordinárias diluídas, portanto o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.



19 Receita operacional líquida

		2025	2024
Remuneração do ativo		30.325	31.274
Receita de operação e manutenção		18.393	17.737
Ganho na RAP	(a)	21.133	20.596
Parcela variável		245	(335)
Receita bruta		70.096	69.272
PIS e COFINS correntes		(6.644)	(6.950)
PIS e COFINS diferidos		(716)	(503)
Encargos setoriais	(b)	(2.899)	(2.781)
Deduções da receita		(10.259)	(10.234)
		59.837	59.038

- (a) Refere-se a diferença entre a RAP projetada para fins de fluxo do ativo de contrato e a RAP realizada.
- (b) Os saldos dos encargos setoriais estão demonstrados abaixo:

	2025	2024
Reserva global de reversão (RGR)	(2.416)	(1.837)
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	(691)	(661)
Taxa de fiscalização de serviços de energia (TFSEE)	208	(283)
	(2.899)	(2.781)

20 Custos operacionais e despesas gerais e administrativas

(a) Custos operacionais

		2025	2024
Pessoaal		(1.895)	(1.652)
Manutenção de subestação	(i)	(3.983)	(1.197)
Serviço de operação e manutenção	(ii)	(633)	(612)
Contrato de compartilhamento de instalação		(359)	(288)
Material		(165)	(124)
Viagem e hospedagem		(143)	(114)
Aluguéis		(289)	(167)
Consultorias		(150)	(69)
Tributos		(46)	(35)
Diversos		(307)	(252)
		(7.970)	(4.510)

- (i) Refere-se a prestações de serviços técnicos especializados relacionados a projeto de melhoria interna, destinados à adequação e modernização dos serviços auxiliares das subestações, com vistas ao aprimoramento operacional, aumento da confiabilidade e atendimento aos requisitos técnicos e regulatórios aplicáveis.
- (ii) Refere-se a prestação de serviços para operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão realizados pela Celeo Redes.



(b) Despesas operacionais

	2025	2024
Consultorias	(400)	(342)
Publicações	(83)	(29)
Passagem aérea	(40)	(5)
Pessoal	(19)	(31)
Diversos	(48)	(20)
	(590)	(427)

21 Resultado financeiro

	2025	2024
Rendimento de aplicação financeira	7.542	7.327
Outras receitas	139	127
Receitas financeiras	7.681	7.454
Juros - debêntures	(26.407)	(24.463)
Custo de transação - debêntures	(549)	(575)
Outras despesas	(992)	(1.011)
Despesas financeiras	(27.948)	(26.049)
	(20.267)	(18.595)

22 Imposto de renda e contribuição social

	2025	2024
Resultado antes dos impostos	30.348	34.681
Despesa de IR e CS à alíquota nominal de 34%	(10.318)	(11.792)
Incentivo fiscal - IRPJ	230	131
Outras adições	(54)	(26)
Despesa de IR e CS à alíquota efetiva	(10.142)	(11.687)
Alíquota efetiva	33%	34%

23 Transações com partes relacionadas

(a) Transações comerciais

	Tipo de Transação	Índice de Correção	Prazo	Vencimento	Ativo/Passivo		Resultado	
					2025	2024	2025	2024
Celeo Redes (i)	O&M	IGPM	5 anos	2026	50	94	(633)	(612)

- (i) Refere-se ao reembolso de débitos tributários conforme nota explicativa 16 (b). Em 06 de fevereiro de 2024 foi realizado o ressarcimento dos débitos tributários por parte da Celeo Redes.
- (ii) As transações comerciais com a Celeo referem-se a (i) serviço de operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão da Companhia. O custo desse contrato é registrado na rubrica “serviços de terceiros - custos operacionais”.



(b) Remuneração da administração

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não houve atribuição de pagamentos realizados pela Companhia aos seus administradores, uma vez que os mesmos recebem um salário unificado, pago pela Celeo Redes e outras afiliadas do mesmo grupo econômico, considerando o compartilhamento de despesas corporativas comuns, em virtude da atuação dos administradores em todas as empresas do grupo Celeo Redes.

(c) Dividendos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023		22.644	11.147
Aprovação para pagamento de dividendos adicionais		11.497	11.497
Pagamento de dividendos		(34.143)	(11.497)
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	18 (c)	10.103	11.497
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024		10.103	22.644

24 Gestão de riscos financeiros

(a) Considerações gerais e políticas

A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, (ii) de mercado, (iii) de crédito e (iv) de liquidez. A Companhia não contratou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados.

i. Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura de capital em linha com seu plano de negócios e seus objetivos.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor, observadas as condições do Contrato de Concessão, do Contrato da Escritura de Emissão de Debêntures, a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas e a emissão de novas ações e outras ações de adequação de estrutura de capital.

ii. Gestão de risco de mercado

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, as debêntures são indexadas ao IPCA.

iii. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados para suas contrapartes comerciais.



Como forma de gerenciamento e mitigação do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, em conformidade com a regulamentação regulatória. Na hipótese de haver pendência de pagamento, a Companhia, na qualidade de agente de transmissão, pode encaminhar ao ONS um pedido de acionamento do mecanismo de garantia financeira, conforme estabelecido pelo Contrato de Uso de Sistema de Transmissão assinado pelo ONS com os agentes acessantes do Sistema Interligado Nacional (SIN). Eventualmente, pode ocorrer que um usuário obtenha posicionamento jurídico favorável à suspensão parcial ou total dos pagamentos dos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (EUST), seja devido a reestruturação de passivos ou questionamento dos termos e condições do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST). A Companhia não é parte ativa destas discussões e tem o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro assegurado pelo Contrato de Concessão. Apesar de não haver histórico de perdas materiais, a Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de perda esperada utiliza uma matriz que considera percentuais crescentes de provisão que pode chegar a 100% em caso de atraso superior a 12 meses.

iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras

Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua política de risco de crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha.

A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, mediante avaliação de seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

iv. Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia visa a mitigação do risco de liquidez, analisando possíveis descasamentos entre recebimentos e desembolsos programados, embora durante período de operação não seja esperado que os desembolsos superem os ingressos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa visa antecipar a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, permitindo maior tempo para análise, estruturação e escolha das melhores fontes.

Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos de renda fixa com liquidez diária.

(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado.



Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução ou aumento de 25%; e (iii) redução ou aumento de 50% do cenário provável, respectivamente.

	Risco	Cenários		
		(i)	(ii)	(iii)
Aplicação financeira	Redução do CDI	(9.031)	(6.773)	(4.515)
Debêntures	Aumento do IPCA	9.213	11.516	13.820

*Fonte: O CDI e o IPCA para o cenário provável (15% e 5,3%) foi considerada conforme relatório Focus de 2 de janeiro de 2026.

(c) Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	Nota	Hierarquia do valor justo	2025		2024	
			Custo amortizado	VJR	Custo amortizado	VJR
Caixa e equivalente de caixa			187	-	465	-
Títulos e valores mobiliários	10	Nível II	-	60.206	-	79.728
Concessionárias e permissionárias	11		6.654	-	6.640	-
Ativos Financeiros			6.841	60.206	7.105	79.728
Fornecedores			1.128	-	607	-
Debêntures	13		176.169	-	192.722	-
Passivos Financeiros			177.297	-	193.329	-

(d) Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo)

Exceto conforme detalhado na tabela a seguir, a Administração considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo reconhecidos nessas demonstrações financeiras, se aproximam dos seus valores justos.

	Nota	Hierarquia do valor justo	2025		2024	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures	13	Nível II	176.169	178.188	192.722	195.907
			176.169	178.188	192.722	195.907

As debêntures são classificadas como “outros passivos financeiros ao custo amortizado” e a Administração avaliou que seu valor contábil se aproxima do seu valor justo, exceto quando essas debêntures possuem cotações divulgadas pela ANBIMA conforme negociações ocorridas no mercado secundário na data do balanço. O mercado secundário Bolsa, Balcão é considerado ativo pois os preços cotados estão disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, permitindo que as cotações reflitam transações de mercado reais que ocorreram em bases puramente comerciais. Contudo, cabe esclarecer que a precificação de debentures é prejudicada pela incipiência do mercado de capitais levando à formação de preços com baixíssima amostragem.



Quanto aos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, a Administração considera que os valores contábeis se aproximam dos seus valores justos, uma vez que: (i) possuem prazo de recebimento/pagamento médio inferior a 60 dias; (ii) são concentrados em títulos de renda fixa, remunerados à taxa CDI; e (iii) não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. A Companhia considera que os saldos contábeis do financiamento, classificados como “passivos financeiros ao custo amortizado”, aproximam-se dos seus valores justos.

25 Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade e que são julgados suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros, exceto para as linhas de transmissão. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados.

Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura de seguros está demonstrada abaixo:

	Data de vigência	Importância segurada
Risco operacional	30.06.2025 a 30.06.2026	43.502
Responsabilidade civil	30.06.2025 a 30.06.2026	20.000
Responsabilidade da Administração	30.06.2025 a 30.06.2026	50.000

José Maurício S. de Souza

Marcus Hansen Balata

Bruno M. S. M. Melo

Diretor

Diretor relação com investidores

Contador
CRC-RJ 111193/O-8